

**Análise da Percepção dos Diferentes Atores Sociais sobre o Desenvolvimento Turístico
de Uruçuca – Bahia**

Marco Aurélio Ávila¹

Mayne da Silva Santos²

Resumo: Este artigo tem por finalidade investigar o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Uruçuca a partir da percepção dos diferentes atores sociais. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura sobre planejamento, sustentabilidade e participação dos diversos agentes sociais. Quanto à metodologia trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com uma abordagem quali-quantativa. Para a construção do referencial teórico será utilizada bibliografia, com base em fontes secundárias como livros, teses, dissertações e artigos, além de pesquisa documental. A coleta de dados primários será feita através da aplicação de questionários e entrevistas, cujo número de respondentes será calculado com base na População com Idade Ativa – PIA do município. Para a sistematização dos dados utilizar-se-á do Pacote Estatístico para Ciências Sociais – SPSS. Os resultados preliminares apontam para a tentativa do envolvimento dos diferentes setores na planificação turística. Dessa forma, espera-se com esta pesquisa contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras Chave: Turismo. Participação. Atores Sociais. Desenvolvimento. Uruçuca.

Introdução

O turismo é uma atividade econômica relativamente nova, que tem ocupado espaço no universo das discussões acadêmicas. Atualmente, o grande reconhecimento desse setor se deve a probabilidade de gerar benefícios econômicos e sócio-culturais. Entretanto, o mesmo é também apontado como agente modificador dos patrimônios histórico-culturais e do meio ambiente. Para Beni (2006), esses impactos ocorrem devido à ausência de um planejamento turístico nas cidades e localidades, que objetive compreender também fragilidades locais e não só as potencialidades.

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: marco@ativanet.com.br

² Identificação da Instituição a que pertence. E-mail: maynesantos@yahoo.com.br

Diante disso, acredita-se ser relevante discutir o papel e a importância do planejamento no processo de otimização da atividade turística para o desenvolvimento sustentável das comunidades receptoras. Bem como da importância dos diferentes atores sociais para o desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, esta produção acadêmica tem como cenário de estudo a cidade de Uruçuca - Bahia. Situada na região sul da Bahia, na Costa do Cacau (Secretaria de Turismo do Estado da Bahia). No tocante dos recursos naturais é possuidora de duas Áreas de Proteção Ambiental, a APA Itacaré - Serra Grande e a da Lagoa Encantada e Rio Almada, também tem parte de sua área dentro do Parque Estadual da Serra do Condurú criado em 1997, considerada com a terceira maior biodiversidade do mundo. Na parte da zona rural possui muitas cachoeiras e está inserida no bioma Mata Atlântica (Fonte: SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia).

Antes da emancipação, que aconteceu em 1952, foi o Distrito de Água Preta, que era um dos maiores produtores de cacau. Sendo citado em alguns livros dos escritores Jorge Medaur e Jorge Amado. Conta ainda com Distrito de Serra Grande, que é banhada pelo oceano Atlântico, tem umas das poucas comunidades de jangadeiros do Nordeste e é o espaço mais utilizado pelo turismo. Referente à organização e planejamento turístico, a cidade conta com um Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo (COMTUMA) criado em 2003 (Lei Municipal 367/2003), Relatório Final do Diagnóstico Participativo de Serra Grande e o Plano de Referência Urbanístico Ambiental da Vila de Serra Grande, ações propostas e construídas pelo poder público, pelas organizações não governamentais, que atuam na comunidade, e sociedade civil (Fontes: regimento interno do COMTUMA; Acervo pessoal; Acervo público).

Assim o objetivo geral desse estudo é analisar sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade, a partir da percepção dos diferentes atores sociais. Os objetivos específicos são: a) verificar o nível de participação dos diferentes atores sociais no planejamento da atividade turística; b) identificar a percepção e expectativas dos diferentes atores em relação ao turismo que vem sendo desenvolvido em Uruçuca; c) apresentar um suporte teórico para que os gestores possam utilizar como base para o planejamento local.

Os questionamentos norteadores do trabalho são: em que medida a existência ou a ausência de um planejamento turístico participativo impacta no turismo de Uruçuca - Bahia e

em sua comunidade? Qual o nível de envolvimento dos diferentes atores sociais no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo? Qual a percepção da comunidade em relação aos impactos que o turismo pode causar? Que tipo de turismo os agentes sociais consideram adequado para sua localidade?

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo (GIL, 2002), com uma abordagem quali-quantitativa (APOLINÁRIO, 2006). Para a construção do referencial teórico será utilizada pesquisa bibliográfica, com base em fontes secundárias como livros, teses, dissertações e artigos. Além de pesquisa documental, pois, pretende-se analisar o Relatório do Diagnóstico Participativo realizado em 2008, Plano de Referência Urbanística Ambiental (PRUA): Vila de Serra Grande – município de Uruçuca, realizado em 2001 e outros documentos disponíveis em acervo público.

A coleta de dados primários será feita através da aplicação de questionário para residentes e visitantes, e com entrevista para os empresários e poder público. O número de respondentes será calculado com base no tamanho da População em Idade Ativa – PIA do município de Uruçuca, da ordem de 22. 070 habitantes³, utilizando-se a técnica de amostragem probabilística simples (SAMARA e BARROS, 1997). Antes da aplicação dos formulários, será feito um pré-teste para verificar as falhas no formulário, a clareza das perguntas, o tempo de resposta e o interesse dos respondentes pelos temas abordados.

Para a sistematização dos dados, será utilizado o Pacote Estatístico para Ciências Sociais – SPSS. As categorias analisadas serão: participação, planejamento, desenvolvimento, percepção e expectativa dos diferentes atores. A análise dos resultados será norteadada pelo marco teórico que encontra-se em construção e fora composto por: planejamento participativo, políticas de turismo, desenvolvimento e sustentabilidade.

Política e Planejamento Turístico

Para iniciar este tópico, vamos evocar Barreto (2003), que expõe que sendo o negócio apenas uma parte do fenômeno turístico, analisá-lo somente com os paradigmas econômicos nos remete ao esquecimento da dimensão antropológica, enxergando os turistas não como pessoas, mas como simples portadores de dinheiro. Ao mesmo tempo, tratar o turismo

³ Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

somente a partir da dimensão sócio-antropológica e ambiental leva ao esquecimento das suas derivações no plano econômico, o que pode constituir-se numa visão romântica deslocada das atuais condições históricas.

De maneira ampla, política pública corresponde ao posicionamento do governo em relação a um determinado setor ou atividade. Entendemos que a política deva estar imbricada com o processo de planejamento, que pode ser considerado produto da política. O processo de elaboração de políticas públicas em turismo é constante, segue as mesmas etapas da elaboração de políticas em geral, dividindo-se em fases: formulação, implementação e avaliação, conformando um ciclo que se retro-alimenta constantemente (BARRETO, 1991; BENI, 2006; PETROCCHI, 2002).

O posicionamento do setor público em relação ao desenvolvimento do turismo, passou por mudanças significativas nos últimos anos. Pereiro Pérez (2003, p. 6) evidencia que houve alteração no papel do estado na condução de políticas públicas⁴, quando expõe que agora o apoio ao setor é indireto e não direto, ou seja, “se até ao momento, as instituições públicas apoiavam a indústria turística, agora o apoio é para os serviços, a assistência técnica e a revitalização do patrimônio cultural.”

Farah (2000), tratando de modelos de relação entre o Estado e o mercado, expõe que novas formas de articulação vêm se desenvolvendo:

- 1) A articulação intergovernamental vertical, que ocorre entre as instâncias federal, estadual e municipal.
- 2) A articulação horizontal, que ocorre entre as instituições públicas de uma mesma instância.
- 3) A articulação intersetorial, que indica a constituição de um processo de elaboração e implementação de políticas públicas descentralizado.

Essas articulações evidenciam a valorização de novas práticas de gestão pública com a inserção de novos atores sociais nos processos de planejamento da atividade turística. Os governos locais passam a exercer um papel de coordenação, mobilizando as ações dos

⁴ Apesar dessas mudanças, autores como Lickorish e Jenkins (2000) afirmam que em países de economias periféricas a interferência do Estado deve ser maior devido à necessidade de investimentos que em geral a iniciativa privada não deseja assumir.

diferentes setores da sociedade. Estando interligada a ele e também responsável pelo processo a iniciativa privada, sociedade civil organizada, setor acadêmico, residentes e visitantes.

O alcance do equilíbrio adequado da participação dos diferentes setores envolvidos com o desenvolvimento do turismo não é tarefa das mais fáceis. Sabe-se que a atividade turística é extremamente ambígua, pois existe a necessidade de conciliar prática social e interesses econômicos, lazer com trabalho e interesses de visitantes e anfitriões. Mediar estes elementos de forma adequada pode representar um desafio para aqueles que interferem no processo de desenvolvimento turístico.

Para ilustrar a dimensão desses desafios, apresentam-se alguns questionamentos que devem ser amplamente debatidos entre os interessados no desenvolvimento adequado do turismo:

1. Como fazer com que comunidade, empresários e turistas se beneficiem mutuamente com o acontecimento da atividade turística?
2. Que procedimentos devem ser adotados para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos?
3. De que maneira pode-se promover as potencialidades de um destino, aliado à valorização da cultura e a preservação dos recursos naturais locais?
4. Como medir a influência dos visitantes sobre os visitados, considerando a dinamicidade da sociedade contemporânea?
5. O que se pode fazer para que a comunidade consiga valorizar e compreender sua riqueza natural, cultural e de suas particularidades sociais?
6. Qual será a interferência da atividade turística nas formas tradicionais de produção?
7. Como estabelecer um processo efetivamente participativo diante dos diferentes níveis de formação e interesse dos atores sociais?

Molina & Rodriguez (2001) afirmam que a visão parcial do fenômeno turístico conduziu numerosos países a experimentar erros com um custo muito alto nos âmbitos cultural, econômico e social. Para os autores, o panorama que a atividade turística tem oferecido às sociedades latino-americanas é desalentador, visto que a política turística nos

países latinos tem buscado exclusivamente facilitar à população dos países industrializados o desfruto de seu tempo livre.

Tem-se consciência de que este não é um problema relacionado apenas com o turismo, mas sim do sistema capitalista que está caracterizado pelo acúmulo e concentração de capital. Segundo Coriolano (2005), o turismo forja respostas às necessidades humanas, pois atende preferencialmente ao capital. Entretanto podemos reduzir os impactos do sistema por meio de ações planejadas que minimizem as injustiças e diferenças com foco não só econômico mas também das problemática sócio-ambiental das localidades.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento turístico que vem sendo adotado parece menosprezar os equívocos históricos, visto que, freqüentemente seguimos, copiamos ou valorizamos modelos que ampliam essas distorções e desigualdades. Cruz (2005) faz uma crítica a política pública no Brasil, considerando que o processo de planejamento negligencia o território, enfatizando que durante os anos 90, com a consolidação da política neoliberal, assistiu-se ao avanço das redes internacionais, a dotação de infra-estrutura para receber turistas e a modernização de aeroportos, entre outras medidas que teriam como perspectiva gerar empregos, melhorar a qualidade de vida e aliviar a pobreza. O principal questionamento da autora está relacionado com as reais possibilidades de o turismo combater a pobreza diante de um “estado mínimo para os pobres e máximo para os ricos”.

Molina & Rodriguez (2001), reafirmando o exposto acima, utilizam o exemplo de Cancun, enfatizando os limites do modelo de indústria turística utilizado, onde não foram consideradas as características culturais, sociais e ambientais, provocando depressão e desvalorização frente à lógica cultural importada. Analisando estas questões, fica claro que os fatores meramente econômicos não podem permanecer como parâmetro exclusivo para a atividade turística, sendo fundamental que o desenvolvimento econômico e social ocorra de forma integrada.

Apesar disso, cabe ressaltar que pequenas comunidades estão sendo divulgadas como novos paraísos sem nenhuma consulta e preparação da comunidade anfitriã. Barreto (2003), afirma que apesar de não haver muitas pesquisas sistematizadas a respeito, as poucas existentes demonstram que, na verdade, os habitantes das localidades turísticas que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas, mas em seu dinheiro. Os turistas passam a ser um mal necessário. Mal

porque sua presença incomoda; necessário porque seu dinheiro faz falta. Os turistas, por sua vez, vêm no habitante local apenas um instrumento para seus fins.

O grande paradoxo do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada. Estes fatores nos remetem a necessidade de tentar melhorar a qualidade dos “encontros” promovidos pela atividade turística, o que pode ocorrer através de um planejamento adequado.

A Participação como Elemento Fundamental para a Sustentabilidade

O planejamento turístico, balizado apenas por teorias econômico-administrativas, principalmente em países subdesenvolvidos, não tem dado conta do desenvolvimento adequado da atividade e os resultados são preocupantes. Durante muito tempo difundiu-se a idéia desenvolvimentista e economicista do turismo, atribuindo à atividade a possibilidade de salvação econômica de cidades e até mesmo de países. Entretanto, vários autores⁵ têm evidenciado os efeitos do turismo sobre a cultura, o meio ambiente e as questões sociais locais. Entre os impactos negativos pode-se constatar descaracterização e banalização da cultura, agravamentos da degradação ambiental e social, criação de cenários para agradar ao olhar do turista e melhoria da infra-estrutura para atendê-los muitos antes de considerar as necessidades dos residentes.

Na abordagem do turismo como indutor do processo de desenvolvimento, não se pode negligenciar sua possibilidade de transformação social, nem tampouco dar as costas as demandas das comunidades locais. Para que ocorra a obtenção de reais benefícios é fundamental que haja respeito às peculiaridades e necessidades locais. Destarte existe a necessidade premente de o turismo adequar-se aos princípios de sustentabilidade, que de acordo com Martins (1995) são: integração entre conservação e desenvolvimento; satisfação das necessidades básicas humanas; alcance da equidade e justiça social; autodeterminação social e diversidade cultural e preservação ecológica.

⁵ BANDUCCI JUNIOR & BARRETO (2001); BARBOSA (2001); JURDAO ARRONES (1992); KRIPENDORF (2000); URRY (2001); SANTANA TALAVERA (1997); SERRANO (2000); SWARBROOKE (2000).

O planejamento do turismo deve ser elaborado tendo como base o modelo de desenvolvimento que o setor público, o privado e os representantes da sociedade desejam para o destino. Deste modo, os planejadores atuam como agentes que planejam com e não para, possibilitando que a comunidade se sinta prestigiada e envolvida nas questões concernentes a condução de seu próprio destino.

Ao ressaltar a importância dos planos de desenvolvimento turístico, a Organização Mundial de Turismo (1998) destaca que em geral estes integram todos os aspectos do desenvolvimento turístico, incluindo os recursos humanos, econômicos, ambientais e socioculturais. O planejamento da atividade turística, em todos os níveis, permite uma gestão racional dos recursos, evitando um desenvolvimento desequilibrado.

Genericamente, planejar consiste em prever antecipadamente uma série de ações, projetando um plano de atuação, com a finalidade de chegar a uma situação desejada, de forma coerente, organizada e sistemática. Adotar um planejamento significa que os idealizadores de uma determinada atividade pensam antecipadamente seus objetivos, e que suas ações serão baseadas em algum método e não em crenças e palpites.

No que se refere a modelos de planejamento, Molina (2005, p. 17-18) observa que ocorreram mudanças, em que “o modelo de planejamento centralizado cedeu lugar a modelos descentralizados, nos quais os municípios, os governos estaduais e as empresas locais desempenham um papel relevante.” Para o autor “(...) o modelo centralizado revela-se ineficiente face a realidade do turismo moderno.”

Cabe destacar que a participação efetiva no planejamento turístico pressupõe divisão de poder no processo de elaboração, execução, controle e avaliação. Em sentido amplo, participar significa compartilhar o processo de tomada de decisões, implicando em co-decisão e co-responsabilidade.

Entende-se que se a comunidade está envolvida com o processo de planejamento, vai conhecer melhor suas potencialidades e limitações. A união dos atores no processo de desenvolvimento turístico de uma localidade pode representar um avanço significativo no difícil desafio de obter evolução econômica com desenvolvimento social, em um ambiente democrático e participativo. Agindo desta forma busca-se a satisfação dos interesses de todos os interessados e não apenas dos interesses das classes dominantes.

O turismo é um dos setores que visivelmente está sendo influenciado pela tentativa de criação de novos parâmetros que o adaptem aos conceitos do desenvolvimento sustentável. A

atividade não pode deixar de buscar a sustentabilidade, já que seu sucesso depende fundamentalmente da qualidade ambiental, cultural e humana.

De acordo com BRASIL (1996), o planejamento que tem como base o turismo sustentável, deve envolver atividades de caráter multidisciplinar, assegurando a preservação dos processos ecológicos, a diversidade da fauna e flora e dos recursos naturais e culturais; qualidade de vida compatível com a cultura e os valores dos residentes, fortalecendo a identidade da comunidade e promovendo a geração de recursos econômicos para sua exploração no presente e no futuro.

Para que haja êxito no processo de desenvolvimento turístico, como foi exposto anteriormente, considera-se fundamental a participação efetiva da comunidade em todas as fases do planejamento. Para envolver as populações locais neste processo é importante que lhes ofereçam oportunidades concretas de benefício socioeconômico. A OMT (1999) destaca que algumas das técnicas que reportam benefícios às comunidades locais são:

- Prioridade da criação de emprego para os residentes nas empresas de turismo em desenvolvimento;
- Assistência técnica e créditos empresariais locais para criar pequenas empresas de turismo;
- Melhoria da infra-estrutura básica;
- Atribuição de parte dos ganhos do turismo para a melhoria de instalações e serviços gerais da comunidade;
- Organização dos artesãos para produzir e vender seus artigos aos turistas;
- Estimular atividades culturais como a dança, a música ou o teatro, preservando a autenticidade das tradições locais;
- Desenvolver programas de uso de produtos locais.

Segundo Möller (2003), se o planejamento turístico não se harmonizar com a coletividade, buscando estimular a participação da comunidade ao invés de desenvolver a hostilização destes, será maior a dificuldade em fazer prosperar a atividade no local receptor. Compreende-se que processo de participação tem muitos entraves que perpassam desde o entedimento dos diferentes atores do que é essa participação, do nível de organização local e

até da bagagem e preparo que cada setor da sociedade tem para ser parte do processo, decidir e construir coletivamente.

Nesse sentido a compreensão do que é o turismo, das potencialidades e impactos negativos que este pode gerar para a localidade é fundamental para uma possível compreensão da participação dos diferentes atores no seu desenvolvimento. Antes da visão que se tem do turismo, a participação se relaciona com a visão que se tem de si mesmo, da comunidade e do local.

Dar às pessoas mais oportunidades de participar efetivamente nas atividades de desenvolvimento, significa proporcionar condições para que elas mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, gerenciem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam sua vida. Portanto, apesar das dificuldades encontradas para o estabelecimento da articulação entre os diferentes atores na construção do planejamento e desenvolvimento local, afirma-se que superar os obstáculos iniciais dessa gestão compartilhada promove a mobilização social, reduz custos e aumenta eficiência do plano proposto, garante eficiência do processo e permite a multiplicação dos conhecimentos técnico, científico e humano (Beni, 2006).

Considerações Finais

Longe de tentar chegar a conclusões, visto que trata-se de um trabalho em desenvolvimento, no programa de mestrado em Cultura e Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz, a intenção exposta inicialmente foi apresentar reflexões para que o planejamento do turismo utilize os parâmetros da participação dos diferentes atores para o alcance do desenvolvimento sustentável. Com objetivo de construir um estudo que tenha como fundamento não só crescimento econômico local, mas especialmente o desenvolvimento social e humano.

Por esse trabalho ser uma continuidade das pesquisas realizadas na graduação e em decorrência das contínuas observações feitas na localidade, percebe-se que existem níveis diferentes de participação entre os residentes do distrito de Serra Grande, onde acontecem as visitas turísticas e os moradores da sede. Existindo também uma centralização das ações turísticas voltados para o turismo na área litorânea, sugerindo a consideração pelos gestores de turismo apenas dos recursos de sol e praia como potencial turístico.

Porém, a cidade já tem alguns elementos que sinalizam uma tentativa de planificação do turismo, de forma participativa e ordenado. Para tal afirmação citamos a existência do Conselho de Meio Ambiente e Turismo, Plano de Referência Urbanístico Ambiental (PRUA) e o Diagnóstico Participativo que são elementos que sugerem, mesmo sem conhecer como se deu essas produções, que já existem esforços para que processo aconteça com a participação dos diferentes atores.

Compreende-se que se o planejamento participativo do turismo, caso seja adotado como forma de auxiliar o desenvolvimento sustentável local, poderá contribuir para valorizar e preservar o patrimônio cultural, natural e econômico. Bem como, proporcionar fortalecimento e expansão da mobilização social, contribuindo também para a formação dos cidadãos locais como agentes ativos, responsáveis pelos problemas e conquistas locais. Sendo a participação, integração, articulação e colaboração dos diferentes atores é um pressuposto para o alcance de um plano que consiga realmente satisfazer as diferentes necessidades locais.

Dessa forma, espera-se efetivar um estudo que ofereça subsídios para a o melhoramento ou instituição de um plano turístico participativo, capaz de potencializar os recursos existentes e minimizar os impactos negativos da atividade, como meio de desenvolver o turismo e oferecer para a comunidade local desenvolvimento sustentável.

Referências

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARAÚJO, Cíntia Möller. **Ética e qualidade no turismo do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo e Meio Ambiente: A (in) sustentabilidade em questão**. Anais “Turismo, Inclusão Social e Sustentabilidade”, ISSN 1808-9755. UPPE – Recife, 2005.

BARRETO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Vol. 9, nº 20, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 12.01.2006.

BENI, Mário C. **Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL (EMBRATUR). **A indústria do turismo no Brasil: perfil e tendências – 95-96**. Brasília, 1996.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Mesa Redonda e Debates “Políticas de Turismo: Estratégias, Programas e Ações”**. IX Encontro nacional de Turismo com Base Local. Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

FARAH, Marta F. S. **Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Vol. 18, 2000. disponível em http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2018.pdf
Acesso em 18.02.2008

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MARTINS, Sérgio. *Limites del desarrollo sostenible en América Latina en el marco de las políticas de (re)ajuste econômico*. Pelotas-RS: UFPel, 1995.

MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Caxias do Sul – RS: EDUSC, 2005.

MOLINA, Sérgio & RODRIGUEZ, Sérgio. **Planejamento integral: Um enfoque para a América Latina**. Bauru – SP, EDUSC, 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Guía para administraciones locales: desarrollo sostenible**. Madrid: OMT, 1999.

_____. **Introducion al turismo**. Madrid: OMT, 1998

PEREIRO PÉREZ, Xerardo. **Turismo cultural: leituras da antropologia**. Comunicação apresentada ao congresso internacional de Turismo Cultural, organizado por Naya (Notícias de Antropologia e Arqueologia - www.nava.org, 2003). Disponível em <http://www.miranda.utad.pt>. Acesso em 12.01.2006.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de pólos turísticos**. 6.ed. São Paulo: Futura, 2002.

RODRIGUES, M. **Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo**. In: FUNARI, P. P. e PINSKY J. (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.